

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO

NOTIFICANTE: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

NOTIFICADO: _____

CPF/CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: _____

OBJETO DA NOTIFICAÇÃO:

Pelo presente instrumento, o(a) NOTIFICANTE manifesta sua insatisfação e requer providências quanto ao descumprimento do contrato firmado entre as partes, conforme as condições e cláusulas abaixo expostas.

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO:

DESCRIÇÃO DO DESCUMPRIMENTO:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

O presente ato tem fundamento nos artigos 421 e seguintes do Código Civil Brasileiro, que tratam da boa-fé objetiva e do cumprimento das obrigações contratuais; bem como nas disposições específicas aplicáveis ao contrato em questão.

RECLAMAÇÕES E PROVIDÊNCIAS:

Diante do exposto, o(a) NOTIFICANTE requer que o(a) NOTIFICADO(a) proceda à regularização da situação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena das medidas judiciais cabíveis para a defesa de seus direitos.

AVISO:

Esta notificação é realizada de forma extrajudicial, com intuito de resolver amigavelmente o conflito, sem prejuízo das medidas legais que poderão ser adotadas caso não haja manifestação ou solução adequada.

SEM MAIS PARA O MOMENTO,

Atenciosamente,

Assinatura do(a) NOTIFICANTE

Nome Completo do(a) NOTIFICANTE

CPF/CNPJ: _____

Endereço: _____

Testemunha 1 - Nome e CPF

Testemunha 2 - Nome e CPF

Obs.: Recomenda-se o envio dessa notificação por meio que comprove o recebimento pelo(a) NOTIFICADO(a), como AR (Aviso de Recebimento) pelos Correios ou serviço equivalente.

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/notificacao-extrajudicial-descumprimento-de-contrato/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.